

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.804 - SP (2018/0205056-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : F DOS R C  
**ADVOGADO** : JOÃO PAULO GABRIEL - SP243936  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INQUÉRITO POLICIAL. INVESTIGAÇÃO SOBRE O CRIME DE "ESTELIONATO JUDICIÁRIO." CONDUTA ATÍPICA. MANIFESTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de F. DOS R. C., contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n.º 2085420-12.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juízo da 2.ª Vara Cível da Comarca de Olímpia/SP julgou improcedente ação indenizatória ajuizada pelo ora Recorrente, em que se pleiteava a condenação de instituição bancária por danos morais em razão de inscrição indevida no cadastro de devedores. Na oportunidade, foi reconhecida a litigância de má-fé do Autor, bem como a ocorrência, em tese, do crime de estelionato judiciário, motivo pelo qual os autos foram encaminhados à autoridade judiciária para apuração do delito (fls. 11/15).

Inconformada, a Defesa impetrou o *writ* perante o Tribunal *a quo*, buscando o trancamento do inquérito policial. A ordem, contudo, foi denegada, consoante acórdão assim ementado (fl. 162):

*"HABEAS CORPUS. Estelionato Pedido de trancamento de inquérito policial - O trancamento do inquérito policial pela estreita via do habeas corpus é medida excepcional, admissível apenas mediante evidente atipicidade dos fatos investigados ou a impossibilidade de autoria ser imputada ao indiciado - Ausência de justa causa para o prosseguimento do inquérito policial não verificada de forma evidente - Ordem denegada."*

No presente *mandamus*, reitera o Recorrente a tese de ausência de justa

# *Superior Tribunal de Justiça*

causa para instauração do inquérito policial. Alega que a conduta é atípica, pois o estelionato judiciário não pode subsistir em plena demanda, quando no processo as partes tem a oportunidade de produzir provas e há contraditório, justamente para evitar fraudes. Afirma que a conduta é atípica, pois não houve tentativa de fazer o Judiciário incidir em erro. Aduz ainda que não estão configuradas as elementares do art. 171 do Código Penal e que não há vítima do suposto crime, pois o Estado-Juiz não é parte no processo cível e, portanto, não seria prejudicado.

Assim, pede, liminarmente, a suspensão do inquérito policial n.º 0000903.72.2018.8.26.0400. No mérito, pugna pelo trancamento do procedimento.

A então Relatora, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura indeferiu o pedido de liminar, consoante decisão de fls. 200-201.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 205-206.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 213-223, opinando pelo não conhecimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Assiste razão ao Recorrente. Com efeito, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça se consolidou no sentido de que o chamado "estelionato judicial" – o uso de processo judicial para, mediante fraude ou ardil, ludibriar a Justiça e auferir lucros ou vantagens indevidas, mesmo sabendo da inidoneidade da demanda – é conduta atípica.

Essa conduta, naturalmente reprovável, encontra resposta na esfera cível, que prevê a condenação por litigância de má-fé e aplicação de multa, além de ação de indenização, sendo ainda passível de punição disciplinar o advogado, conforme disciplina do Estatuto da Advocacia.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO JUDICIAL. ATIPICIDADE RECONHECIDA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. PRETENSÃO DE ABSORÇÃO DO FALSO PELO ESTELIONATO. CRIME ANTECEDENTE INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.**

**1. Afastada a imputação relativa ao crime de estelionato judiciário, tendo em vista a falta de previsão legal para tanto, assim**

*como em razão da disposição constitucional que assegura à parte o acesso ao Poder Judiciário, persiste válida a imputação referente à falsificação de documento particular, haja vista que o paciente, na qualidade de advogado, propôs ação de responsabilidade civil por danos morais e materiais em nome de terceira pessoa contra o Banco intitulado, utilizando-se de procuração com assinatura falsa.*

*2. Inexistente como figura penal típica a conduta de induzir em erro o Poder Judiciário a fim de obter vantagem ilícita, não há se falar em absorção de uma conduta típica (falso) por outra que sequer é prevista legalmente (estelionato judiciário).*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no RHC 98.041/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018.)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO JUDICIAL. ATIPICIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. O agravante não trouxe elementos novos para infirmar os fundamentos consignados no decisum agravado, visto que não configura "estelionato judicial" a conduta de invocar causa de pedir remota inexistente para alcançar consequências jurídicas pretendidas, mesmo que a parte ou seu procurador tenham ciência da ilegitimidade da demanda.*

*2. Ausentes fatos novos ou teses jurídicas diversas que permitam a análise do caso sob outro enfoque, deve ser mantida a decisão agravada.*

*3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1264472/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 22/08/2018.)*

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TENTATIVA DE ESTELIONATO JUDICIAL. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE RECONHECIDA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

[...]

*3. O estelionato judicial consiste no uso do processo judicial para auferir lucros ou vantagens indevidas, mediante fraude, ardil ou engodo, ludibriando a Justiça, com ciência da inidoneidade da demanda. Percebe-se que a leitura das elementares do art. 171, caput, do Código Penal deve estar em consonância com a garantia constitucional da inafastabilidade jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV), do que decorre o entendimento segundo o qual o direito de ação é subjetivo público e abstrato, em relação ao direito material. Desse modo, **verifica-se atipicidade penal da conduta de invocar causa de pedir remota***

*inexistente para alcançar consequências jurídicas pretendidas, mesmo que a parte ou seu procurador tenham ciência da ilegitimidade da demanda.*

*4. A conduta constitui infração civil aos deveres processuais das partes, nos termos do art. 77, II, do Código de Processo Civil, e pode sujeitar a parte ao pagamento de multa e indenizar a parte contrária pelos danos processuais, consoante arts. 79, 80 e 81 do Código de Processo Civil ilícito processual. Outrossim, conforme art. 34, XIV, da Lei n. 8.906/1994, verifica-se infração profissional do advogado deturpar a situação fática com o objetivo de iludir o juízo. Conclui-se, pois, que a conduta descrita não configura infração penal, mas meramente civil e administrativa, sujeita à punição correlata.*

*5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para absolver a paciente quanto ao delito de estelionato tentado (Ação Penal n. 023634-39.2011.8.26.0196)." (HC 435.818/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018.)*

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO VISANDO RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA E DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR ATIPICIDADE. ADVOGADO. ESTELIONATO EM JUÍZO. FALTA DE JUSTA CAUSA. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIO. CONCESSÃO DA ORDEM EX OFFICIO. RECURSO PREJUDICADO.**

*1. Em que pese a pretensão recursal visar o reconhecimento de litispendência e inépcia da denúncia, há, na espécie, possibilidade de trancamento da ação penal, mas por outro motivo não alegado na impetração.*

*2. Não configura "estelionato judicial" a conduta de fazer afirmações possivelmente falsas, com base em documentos também tidos por adulterados, em ação judicial, porque a Constituição da República assegura à parte o acesso ao Poder Judiciário. O processo tem natureza dialética, possibilitando o exercício do contraditório e a interposição dos recursos cabíveis, não se podendo falar, no caso, em "indução em erro" do magistrado. Eventual ilicitude de documentos que embasaram o pedido judicial são crimes autônomos, que não se confundem com a imputação de "estelionato judicial".*

*3. A deslealdade processual é combatida por meio do Código de Processo Civil, que prevê a condenação do litigante de má-fé ao pagamento de multa, e ainda passível de punição disciplinar no âmbito do Estatuto da Advocacia.*

*4. Ordem concedida, ex officio, para reconhecer a atipicidade do delito de estelionato, trancando, por conseguinte, a ação penal, por falta de justa causa, sem prejuízo da apuração de outros crimes*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*porventura existentes.*

5. *Recurso ordinário prejudicado.*" (RHC 88.623/PB, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 26/03/2018.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*, para trancar o inquérito policial n.º 0000903.72.2018.8.26.0400, em razão da manifesta atipicidade da conduta sob investigação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília - DF, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora